



Contrata SP LGBTQIA+ oferece 900 vagas de emprego até esta terça

Pág. 02

São Paulo, terça-feira, 28 de maio de 2024

ESTACÃO

www.jornalestacao.com.br

Ano 11 - edição 2505

PREVISÃO
PARA HOJE



Nublado



Corpus Christi é feriado nacional? Confira quais as capitais param na data

Pág. 06

CÂMERAS CORPORAIS NA PM

Governo de SP 'descumpriu' compromisso, diz Defensoria

O descumprimento de compromissos alegados pela Defensoria está ligado à exclusão da gravação de rotina e também à diminuição do prazo de armazenamento de imagens. O órgão faz uma série de pedidos

Pág. 04



Prefeitura inaugura nova UBS Vila Mariana com ampliação de serviços

Pág. 05

DTP reúne os condutores do Transporte Escolar Gratuito para reforçar importância da segurança

A Prefeitura, por meio do Departamento de Transportes Públicos (DTP), promoveu um encontro com cerca de 4.000 condutores escolares do Transporte Escolar Gratuito (TEG) do município de São Paulo para reforçar a importância da segurança no transporte escolar e posturas durante a prestação do serviço. Foram abordados temas como a importância do monitor nas vans do TEG, princípios de condução segura, respeito à legislação de trânsito e, especificamente, a do transporte escolar, importância da manutenção correta do veículo, entre outros assuntos.

O cuidado com o embarque e desembarque das crianças foi um dos temas abordados durante o encontro. Foram repassadas instruções sobre a melhor maneira de embarcar e desembarcar as crianças, tanto em casa quanto na escola, a importância e o papel do monitor nesses momentos e a atuação do condutor nessa etapa. Foram reforçadas informações sobre o tratamento com os pais e profissionais da Educação, a importância de manter a documentação do motorista e do veículo em dia, bem como a manutenção.

O programa do Transporte Escolar Gratuito (TEG) da cidade de São Paulo tem atualmente 3.992 vans, e leva crianças de 0 a 11 anos e 11 meses às escolas municipais - desde a creche ao ensino fundamental. No TEG há a obrigatoriedade de presença do motorista e de um monitor, que vai auxiliar as crianças no embarque, desembarque e organização durante a viagem, conforme previsto no edital de contratação. Na reunião com os transportadores foi destacado que a Prefeitura exige, no contrato com os transportadores, que o serviço seja realizado com responsabilidade e segurança.

Para se tornar um condutor escolar, o motorista tem de obter o Certificado de Registro Municipal de Conductor (CRMC). Para isso, é exigido um curso de capacitação do DETRAN e um Curso de Treinamento e Orientação de Condutores e Auxiliares no Transporte Escolar de Crianças com Deficiência e Mobilidade Reduzida, que precisa ser renovado a cada cinco anos. Também são exigidos, para a aprovação do cadastro, CNH categoria D ou E, além de uma série de certidões comprovando a idoneidade do transportador.

[Cena do dia]

Vincent Bosson/AE



Línguas africanas

O Museu da Língua Portuguesa apresenta a exposição Línguas africanas que fazem o Brasil, nesta quarta (23), em São Paulo. A mostra destaca a presença do banto, iorubá e eve-fon na configuração do português falado no Brasil

Contrata SP LGBTQIA+ oferece 900 vagas de emprego até esta terça, das 8h às 17h

Foi aberto na manhã dessa segunda-feira, 27 de maio, os processos seletivos do Contrata SP LGBTQIA+, mutirão de emprego com mais de 900 vagas destinadas prioritariamente para a comunidade. A iniciativa é da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura de São Paulo, em celebração ao Mês do Orgulho, comemorado em junho.

O público pode participar indo até a unidade central do Cate - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, na Av. Rio Branco 252, até terça-feira (28), das 8h às 16h. É necessário apresentar RG, CPF, carteira de trabalho (aceita o modelo digital) e currículo atualizado.

As vagas disponibilizadas são nos setores do comércio, serviços e construção civil em cargos como atendentes, operadores de telemarketing, auxiliares de logística e administrativos, motoristas, ajudantes de cozinha, costureiros, fiscais de loja, encarregados de obras, recepcionistas, engenheiros, entre outros. A escolaridade varia do ensino fundamental ao superior, com salários que vão até R\$ 6.000.

Os participantes terão acesso a empresas como Cinemark, Mc Donald's, Pizza Hut e Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que estarão no local para realizar etapas do processo seletivo. Fora as seleções no local, também é possível se candidatar para outras vagas do mutirão, tanto no setor privado, como na C&A e na Micro-Ins, quanto em instituições que realizam serviços públicos, incluindo o programa

Cozinha Escola e a Associação da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo (ACDEM).

Para participar é necessário comparecer ao Cate Central com documentos pessoais como RG, CPF, carteira de trabalho (pode ser o modelo digital) e cópias do currículo. O Cate também orienta na produção do currículo e faz impressão, caso o candidato não tenha meios de realizar.

Além do mutirão de vagas do Contrata SP voltado a pessoas LGBTQIA+, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho também tem outros programas voltados para essa população, como o Programa Transcidadania, que ocorre em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, destinado oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.



Divulgação/Secom



[opinião]

Artigo

Cristiano Medina da Rocha
Professor e advogado
E-mail: cris.medina.rocha@gmail.com

Desequilíbrio de forças: Desafios das regras eleitorais da OAB/24

Em novembro de 2024, os advogados de todo o país irão às urnas para eleger os novos dirigentes da OAB. Este momento é crucial para a classe, pois os eleitos serão responsáveis por resgatar a dignidade e o respeito da advocacia, princípios fundamentais que norteiam nossa profissão. No entanto, o Provimento 222/2023 da CFOAB, que estabelece diretrizes para a condução das campanhas eleitorais, apresenta lacunas significativas que podem comprometer a equidade e a justiça do processo eleitoral.

A divulgação de propostas de trabalho pelos candidatos só é permitida após o protocolo do requerimento de registro da chapa. Enquanto essa medida visa manter a campanha dentro dos limites éticos e legais, conforme estabelecido pela Lei n. 8.906, de 1994 (EAOAB), ela também cria uma desvantagem significativa para os novos candidatos. Os atuais mandatários, por outro lado, não enfrentam as mesmas restrições. Eles podem continuar participando de inaugurações, lançamentos de obras, projetos da instituição, e utilizar suas redes sociais para fins exclusivamente institucionais de informação, sem qualquer exigência de afastamento de seus cargos para concorrerem às eleições. Esse cenário gera um desequilíbrio notável, pois os dirigentes em exercício têm uma plataforma institucional que lhes proporciona visibilidade contínua e favorecimento implícito.

A campanha antecipada é proibida, o que inclui qualquer pedido explícito ou implícito de voto, indicação de candidaturas futuras ou pré-candidaturas, e a vinculação ao nome de candidatos ou movimentos específicos. No entanto, esta regra se aplica de maneira desproporcional aos novos candidatos, enquanto os atuais dirigentes

podem continuar suas atividades administrativas, ações e discursos sem qualquer controle rigoroso.

Não há proibição aos atuais dirigentes de atos administrativos que possam ser utilizados de maneira estratégica para promover suas campanhas. Essa liberdade conferida aos atuais mandatários para realizarem grandes festas, frequentemente mascaradas como "Happy Hour da Advocacia", promove um ambiente festivo que, na prática, serve para impulsionar suas campanhas eleitorais.

A inobservância das diretrizes por parte dos novos candidatos resulta em penalidades severas, incluindo advertências e multas. Em casos de recalcitrância ou reincidência, pode haver o indeferimento ou a cassação do registro da chapa ou mesmo do mandato, se já tiver sido eleito. No entanto, o provimento falha em impor restrições equivalentes aos atuais dirigentes, permitindo que continuem promovendo eventos e utilizando suas posições para obterem vantagens eleitorais. Esse desequilíbrio na aplicação das regras prejudica a ordem democrática dentro da instituição, favorecendo claramente os detentores de cargos que desejam se reeleger.

A falta de exigência de afastamento dos atuais mandatários de seus cargos para concorrerem às eleições cria uma situação de desequilíbrio, onde os novos candidatos são severamente restringidos, enquanto os atuais dirigentes continuam a usufruir das vantagens de suas posições.

É crucial que a OAB reavalie essas diretrizes para assegurar um processo eleitoral verdadeiramente justo e democrático, onde todos os candidatos tenham igualdade de oportunidades para apresentar suas propostas e serem eleitos com base em seus méritos e capacidades.

FOTO: RAVENA ROSA / ABR

Anuncie no único jornal gratuito no metrô

100 mil exemplares
distribuídos toda sexta
nas estações do metrô

Mais de
190 mil
curtidas
nas redes
sociais

Siga, curta e compartilhe:

Facebook EstacaoJornal Instagram @jornalestacaosp

Website jornalestacao.com.br



Tarcísio 'descumpriu compromissos' sobre câmeras corporais em PM, diz Defensoria

Governo de São Paulo

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo cobrou uma manifestação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, ante ao que classifica de 'descumprimento de compromissos' do governo Tarcísio de Freitas sobre o uso de câmeras corporais, por parte de policiais, durante operações. O questionamento se dá após o governo de São Paulo lançar edital que prevê que os próprios policiais poderão iniciar e finalizar as gravações, provocando ceticismo de especialistas sobre a eficácia dos registros.

O descumprimento de compromissos alegados pela Defensoria está ligado à exclusão da gravação de rotina e também à diminuição do prazo de armazenamento de imagens. O órgão faz uma série de pedidos:

Que as câmeras sejam destinadas preferencialmente às unidades e batalhões que realizam operações policiais; e que as câmeras contemplem dois modelos de gravação - automática e intencional -, que não pode depender única e exclusivamente do acionamento do policial, local ou remotamente pelo gestor.

A Defensoria enfatiza que o edital não cita o uso das câmeras 'com a finalidade de qualificar a produção probatória da persecução penal ou controlar o uso excessivo da força por parte dos policiais'. Também é questionado o fato de não haver menção, no documento, sobre a destinação das câmeras que serão contratadas.

O órgão diz que o edital tem pontos que podem 'significar um retrocesso

em termos de garantias de direitos e das políticas públicas de controle e transparência das ações policiais'. Segundo a Defensoria, ao abrir a possibilidade de os PMs controlarem as gravações, acabando com a 'gravação ininterrupta', o governo do Estado 'compromete os resultados do programa e desperdiça recursos públicos'.

A Defensoria coloca a gravação sem corte como essencial para o esclarecimento de ocorrências. "É evidente o retrocesso na política que, ao invés de gravar de forma automática e ininterrupta, passa a depender de acionamento humano e arbitrário por parte do agente policial, o que faz com que, na prática, o programa tal qual concebido deixe de existir", sustenta a instituição.



Tempo de armazenamento de imagens

Outro ponto abordado pela Defensoria está ligado ao tempo de armazenamento das imagens, que, segundo o órgão, difere das informações inicialmente prestadas pelo governo de São Paulo ao STF. O Estado havia declarado ao Corte que o novo edital iria prever um tempo de armaze-

namento de 120 dias. No documento publicado, o prazo é de 30 dias.

A Defensoria também questiona o fato de o edital prever a contratação de 12 mil câmeras operacionais portáteis, mas exige a comprovação do fornecimento mínimo de 500 equipamentos, o que corresponde

a 4% do total de aparelhos.

Também é contestado o fato de o comunicado mencionar câmeras de vídeo e não câmeras corporais. Na visão da Defensoria, o documento dá margem para que empresas que tenham fornecido câmeras de vídeo fixas possam participar.

São Paulo já tem quatro vezes mais casos de coqueluche que em 2023

O estado de São Paulo registrou 37 casos de coqueluche este ano. Só na capital, foram confirmados 32 casos, o que representa aumento de quatro vezes em relação a todo o ano de 2023, diz a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), que não registra mortes pela doença.

A cobertura vacinal da coqueluche é monitorada pela aplicação da pentavalente, vacina combinada usada para prevenir difteria, tétano, pertussis, hepatite B (recombinante) e Haemophilus influenzae B (conjugada). No ano passado, a cobertura foi de 90,42% em menores de 1 ano de idade na capital.

Causada pela bactéria Bordetella, a coqueluche, pertussis ou tosse comprida, como é popularmente conhecida, é uma infecção respiratória. A bactéria se aloja na garganta e, em crianças, pode ser fatal, ao causar

insuficiência respiratória. Como prevenção, existe a vacina pentavalente, oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos 2, 4 e 6 meses de vida. Mais dois reforços com a vacina DTP (difteria, tétano e pertussis), conhecida também como tríplice bacteriana infantil, são indicados aos 15 meses e aos 4 anos.

A doença tende a se alastrar mais em tempos de clima ameno ou frio, como na primavera e no inverno, quando as pessoas permanecem mais em ambientes fechados. Basta um contato com a tosse ou secreção da pessoa com a enfermidade para se infectar. Altamente transmissível, a coqueluche pode gerar, a cada infecção, 17 casos secundários.

O potencial de transmissão é semelhante ao do sarampo e da varicela e muito maior do que o da covid-19, que gera em

torno de três casos secundários a cada infecção.

A coqueluche começa com a fase catarral, que dura até duas semanas, marcada por febre pouco intensa, mal-estar geral, coriza e tosse seca, sendo a mais infectante e quando a frequência e a intensidade dos acessos de tosse aumentam gradualmente. A segunda fase,

que dura de duas a seis semanas, é a paroxística, com febre que se mantém baixa, e começam as crises de tosse súbitas, rápidas e curtas, que podem comprometer a respiração.

Na fase final, de convalescença, os sintomas anteriores diminuem em frequência e intensidade, embora a tosse possa persistir por vários meses.



Rovena Rosa/ABR

Operação da Polícia Civil mira empresas que movimentaram R\$ 500 milhões na capital

A Polícia Civil cumpriu sete mandados de busca e apreensão contra empresas que movimentaram mais de R\$ 500 milhões em transações consideradas suspeitas. A operação teve início nesta segunda-feira (27) em endereços da região central de São Paulo.

Conforme as investigações, 11 empresas ligadas a um grupo familiar estrangeiro movimentaram o valor milionário, descoberto após um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Os policiais apuram delitos de falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Em um dos endereços, as equipes da Divisão de Investigações Sobre Crimes Contra a Administração, Combate à Corrupção e Lavagem

de Dinheiro localizaram um imenso depósito com produtos eletrônicos diversos sem as notas fiscais. A Receita Federal foi acionada para as devidas providências.

Os policiais apuram delitos de falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Ainda durante o cumprimento dos mandados, confirmou-se que parte dessas firmas não funcionavam nos endereços cadastrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp). Além disso, os policiais descobriram, por meio de análise de documentos, a existência de pelo menos outras quatro empresas ligadas ao grupo.

Os casos estão sendo registrados no Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC). A operação segue em andamento.

Nova UBS Vila Mariana oferece atendimento odontológico, psicológico e também nutrição



Fotos: Marcelo Pereira/Secom



O prefeito Ricardo Nunes inaugurou nessa segunda-feira (27) as novas instalações da Unidade Básica de Saúde (UBS) Vila Mariana, na Zona Sul da capital. A UBS, que antes funcionava em um imóvel pequeno e alugado, foi construída em um terreno de 1.305 m2 que pertence ao município e tem capacidade de realizar 4.544 atendimentos por mês.

“Esta é a 29ª UBS que requalificamos nesta gestão e aplicamos nela R\$ 6,097 milhões. Antes, esta unidade funcionava em um prédio alugado, com 35 colaboradores. Agora está em prédio próprio. Conta com 67 colaboradores, entre sete médicos, dois farmacêuticos, 12 auxiliares de enfermagem, 12 auxiliares administrativos e nove cirurgiões

dentistas, além de outros profissionais, que vão trabalhar das 7h às 19h para atender a população”, afirmou o prefeito.

Com as novas instalações, em um prédio próprio, a população terá a oferta de atendimento de saúde bucal, psicologia, fisioterapia e nutrição.

A unidade conta com uma estrutura física composta por oito consultórios, três

equipes para atendimentos odontológicos, duas salas de espera e salas para medicação/emergência, coleta de exames, curativos, vacinas e observação; além da farmácia, recepção, cozinha, sala “Nossos Idosos”, banheiros PCD, entre outros.

A unidade conta com um quadro de 67 profissionais, entre eles quatro médicos clínicos,

um pediatra, um ginecologista, um médico generalista, seis enfermeiros, 12 auxiliares de enfermagem, dois farmacêuticos, três técnicos de farmácia, nove cirurgiões dentistas, seis auxiliares de saúde bucal, um assistente social, um enfermeiro II (equipe Idoso), um técnico de enfermagem (equipe Idoso), um psicólogo, um nutricionista e um fisioterapeuta.

Localizada agora na rua Dr. Diogo de Faria, 678, na Vila Clementino, a unidade é gerenciada pela Organização Social de Saúde (OSS) SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 19 horas. A UBS pertence à Supervisão Técnica de Saúde (STS) Vila Mariana/Jabaquara.



CORRIDA
Folha
METROPOLITANA
2024

8 DE DEZEMBRO
10K / 5K
CORRIDA / CAMINHADA

INSCREVA-SE!

1º LOTE
COM SUPER
DESCONTO!

R\$ 79,90



FOTO ILUSTRATIVA

FINALIZE A PROVA E
CONCORRA A 1 MOTO OKM

@folhametropolitanagru

fmetropolitana.com.br/corrída

sãojudas

Drogaria
São Paulo
Cuidando de você desde sempre.

JAPAUTO



H **DMK**
Soluções

HNIPOL | HOSPITAL
NIPOL - HOSPITAL



#TIGUARULHOS



Maioria do STF valida regra de chamamento público para abertura de cursos de medicina

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para confirmar a necessidade de chamamento público pelo Ministério da Educação (MEC) para a abertura de cursos de Medicina e para manter as liminares obtidas pelas universidades que já autorizaram a criação de novos cursos. O julgamento é realizado no plenário virtual que iniciou na última sexta-feira, 24, e vai até 4 de junho. São duas ações em análise, ambas relatadas pelo ministro Gilmar Mendes.

Faculdades particulares têm recorrido à Justiça em reação a uma determinação da gestão Michel Temer (MDB), de 2018, que proibiu a abertura de novos cursos de medicina por cinco anos. As liminares obtidas já autorizaram cerca de 6 mil novas vagas desde então. O MEC tem atualmente ao menos 335 pedidos de abertura de cursos que também foram parar na Justiça e somam 60,5 mil vagas.

O que está em discussão é um trecho da Lei do Mais Médicos que condiciona a criação de



novas graduações na área a um chamamento público que direcione os cursos a determinados municípios com base em critérios dos ministérios da Saúde e da Educação. A Corte também discute se os processos não fi-

nalizados devem continuar em trâmite ou se devem ser suspensos.

As ações foram ajuizadas por associações de reitores e universidades particulares, que alegam afronta à livre iniciativa. O

relator discordou do argumento e votou para validar a regra do Mais Médicos. Para ele, a sistemática do chamamento público é adequada para a estruturação de políticas públicas. Mas ele propôs que sejam mantidos os

novos cursos de medicina já instalados por força de decisões judiciais que dispensaram o chamamento público.

Até o momento, os nove ministros que votaram concordam sobre a necessidade do chama-

mento público, mas discordam sobre a continuidade das liminares pendentes de autorização para abertura de novos cursos de medicina.

O relator defendeu que as ações devem continuar tramitando, e foi seguido por cinco dos 11 ministros. Portanto, já há maioria. O argumento é que os processos devem continuar em curso "porque esses pedidos que superaram a fase inicial obtiveram do Poder Público decisão favorável, no sentido de que, ao menos a partir de análise documental, constituem projetos minimamente viáveis".

Os ministros Edson Fachin, André Mendonça e Rosa Weber divergiram nesse ponto. Eles defenderam que todos os processos devam ser suspensos. Para Fachin, "não houve ainda real, concreta e efetiva mobilização de corpo docente e discente e eventuais investimentos que tenham sido realizados tem seu fundamento em decisões judiciais de caráter precário, ao arripio da orientação legal vigente".

Corpus Christi é feriado nacional? Veja quais capitais param na data

O dia de Corpus Christi, celebrado na quinta-feira, 30, não é um feriado nacional no Brasil. De acordo com o calendário do governo federal, a data é considerada ponto facultativo, ou seja, cabe à administração ou ao empregador decidir se funcionários terão folga e emenda. Ainda assim, a regra pode variar, já que muitas cidades têm leis próprias que incluem a data como feriado nos calendários locais, o que acontece em 14 das 27 capitais brasileiras.

A comemoração faz parte do calendário da Igreja Católica e acontece 60 dias após a Páscoa, sempre em uma quinta-feira. O dia da semana faz referência à última ceia de Jesus Cristo com os apóstolos, momento em que foi instituído o sacramento da Eucaristia, quando fiéis recebem a hóstia consagrada que na tradição católica representa o corpo de Cristo.

Conforme anunciado pelo governo, servidores federais



terão o ponto facultativo estendido para a sexta-feira, 31, emendando quatro dias de folga no serviço (de quinta a domingo). O mesmo foi definido para as repartições públicas estaduais de São Paulo, exceto pelos serviços essenciais.

O ponto facultativo é determinado para o setor público e pode ou não ser adotado por empresas privadas. Caso decida conceder folga aos funcionários, o empregador pode descontar do banco de horas.

Em locais onde a data é considerada feriado, trabalhadores contratados em regime CLT têm direito a folga. A legislação abre exceções para atividades consideradas de utilidade pública, como indústria, comércio, transportes, comunicações, serviços funerários e de segurança, entre outros. Para estes setores, caso o empregador exija que o funcionário trabalhe, a lei prevê o pagamento dobrado da diária ou compensação com outro dia de des-

canso, se houver acordo.

Veja as capitais com feriado

- Boa Vista (RR)
- Belo Horizonte (MG)
- Campo Grande (MS)
- Curitiba (PR)
- Goiânia (GO)
- Maceió (AL)
- Manaus (AM)
- Natal (RN)
- Porto Alegre (RS)
- **São Paulo (SP)**
- Salvador (BA)
- São Luís (MA)
- Teresina (PI)

Renegociação do Desenrola Fies termina na próxima sexta-feira

O prazo para solicitar condições especiais de renegociação do Desenrola Fies vence na próxima sexta-feira (31). O programa do Ministério da Educação (MEC), executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), oferece descontos na renegociação das dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Dados da pasta mostram que, desde que foi lançado, em novembro do ano passado, o Desenrola Fies já beneficiou 283.577 estudantes. Até o último dia 15, haviam sido renegociados mais de R\$ 12,92 bilhões em dívidas, resultando em um saldo de dívida posterior de cerca de R\$ 2,49 bilhões.


Em nota, o MEC destacou que as renegociações são referentes a contratos firmados até 2017 e com débitos em 30 de junho de 2023, abrangendo todos os estados. "A medida do governo demonstra um compromisso contínuo em proporcionar alívio financeiro

e oportunidades de recomeço para aqueles impactados por dívidas educacionais".

O Fundo de Financiamento Estudantil, programa do MEC instituído em 2001, tem como proposta conceder financiamento a estudantes de cursos de graduação em instituições de educação superior privadas que aderiram ao programa e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Desde 2018, o Fies possibilita juros zero e uma escala de financiamento que varia conforme a renda familiar do candidato. Pode se inscrever o candidato que participou do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir da edição de 2010 e que obteve média aritmética das notas nas provas igual ou superior a 450 pontos, além de nota superior a zero na redação.

Também é necessário ter renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até três salários mínimos.



ANUNCIE NOS

Classificados de linhas

Ligue e anuncie:

2823-0828

2823-0830

2823-0836

2823-0837

ESTAÇÃO

